

Cidadania Partida

Economia-Brasil

Quando se fala em déficit da previdência — um dos principais focos do déficit público — ganha relevo, nas contas do INSS, um número entre sete e oito bilhões de reais para garantir a aposentadoria dos trabalhadores do setor privado. No entanto, só agora, nas negociações do ajuste fiscal com o FMI, foi revelado o tamanho do déficit da previdência do setor público: nada menos que R\$ 17 bilhões. A diferença pede atenção geral, do cidadão ao parlamentar, pelas revelações que precisam ser trazidas ao conhecimento público.

O déficit do setor público referente às aposentadorias e pensões de funcionários da União, estados e municípios é duas vezes e meia superior à do rombo da previdência dos aposentados do setor privado. É incompreensível, por isso, entender a resistência das lideranças políticas à nova proposta do governo de liquidar o déficit, mediante a instituição de descontos aos pensionistas e o aumento das contribuições dos funcionários públicos em atividade.

A questão não se resume a simples exercício de aritmética, mas obedece ao princípio da justiça social. Depois que a crise do crédito internacional privou o Brasil dos recursos externos que lubrificavam a economia e permitiram a expansão do consumo, graças aos crediários generosos para automóveis e eletroeletrônicos, o país ficou condenado a penar longo tempo com taxas de crescimento econômico medíocres.

Este ano a economia já não deverá crescer acima do aumento da população, o que implica contração da renda *per capita*. Para os próximos três anos de vigência do ajuste fiscal em negociações com o Fundo Monetário Internacional as perspectivas são igualmente de um Produto Interno Bruto *per capita* negativo ou próximo de zero.

A troca de quê a imensa maioria da população, com emprego no setor privado e dependente das possibilidades de expansão da economia para melhorar de vida, com promoções, troca de emprego e faturamento de horas extras, deve ser sacrificada para preservar privilégios da minoria dos funcionários públicos, como querem as lideranças políticas?

Se deputados e senadores são eleitos como

representantes do povo brasileiro, devem realizar a vontade da maioria, e não a própria. A imensa maioria da população pode entender pouco de ajuste fiscal. Mas o seu maior desejo é de que os juros baixem. Se isso ocorrer, o crediário se tornará novamente acessível, os negócios voltarão a fluir normalmente, as empresas não concederão férias coletivas de emergência, com corte de horas extras e a perspectiva de desemprego ainda maior e duradouro do que o que está se manifestando nas últimas duas semanas nas regiões industriais do Triângulo Rio-São Paulo-Minas.

É evidente que o ajuste fiscal não terá o dom de derrubar as taxas de juros a tempo de mudar o panorama sombrio das vendas do Natal deste ano (cujos reflexos se farão sentir no primeiro trimestre de 99). Mas se o peso maior do ajuste fiscal recair sobre o setor privado — com aumentos de impostos e de contribuição sobre assalariados, consumidores e empresas — é óbvio que o quadro recessivo será mais profundo e duradouro. E vai comprometer a própria meta de arrecadação fiscal. Os juros, por sua vez, vão custar mais a cair, realimentando o próprio déficit. Em suma, um tiro no pé, que a sociedade não aceita.

E não é somente para evitar sacrifício desnecessário que recusa, mas pela experiência de saber que essa via só serve para protelar a solução do problema, com o grande risco de perpetuar o déficit público, pois toda vez que o setor público não é cobrado para conter seus gastos, o resultado final é a ampliação dos seus déficits.

A sociedade estranha que as lideranças políticas insistam em defender o privilégio dos funcionários públicos que pagam pouco e dos pensionistas que nada descontam para a previdência. Não é possível que nesta hora os políticos esqueçam que são representantes do povo, vistam a pele de funcionários públicos especiais (e temporários) e queiram também tirar o seu bolso da reta, desviando o bote do leão para o contribuinte privado. Este é um momento no qual ninguém pode fugir ao sacrifício, pois só o sacrifício pode livrar o Brasil o mais rápido da crise.